

O Ensino de Libras, em uma escola no município de Areia-PB, por meio de extensão universitária

Ana Cristina Silva Daxenberger¹

Bruno Ferreira da Silva²

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um projeto de extensão universitária que tinha como objetivo geral compreender a concepção do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por crianças não surdas; e como específicos, avaliar o grau de conhecimento em LIBRAS destes alunos, após participarem do projeto de extensão; identificar a importância do ensino da LIBRAS para os alunos na sua formação escolar; analisar e verificar o que pensam professores sobre o ensino da LIBRAS no cotidiano dos estudantes. A pesquisa teve abordagem quali-quantitativa, caracterizando-se como pesquisa-ação. Participaram da pesquisa: 4 professores e 51 estudantes ouvintes do ensino fundamental II, de uma escola regular, no município de Areia, estado da Paraíba. Para a realização da pesquisa, ofereceram-se aulas de Libras semanalmente, com duração de 45min., por oito meses, sendo utilizados questionários, observações e entrevistas para a coleta de dados. Para a análise destes, utilizaram-se os fundamentos teóricos da educação de surdos e os aspectos legais que reconhecem a Libras como língua natural da população surda e obrigam o ensino da LIBRAS como forma de inclusão escolar. Constatou-se que é necessário investir em formação docente, dar continuidade ao ensino da LIBRAS para o aprimoramento do uso da mesma, sobretudo, que se fomentem práticas de inclusão por meio da comunicabilidade.

Palavras-chave: LIBRAS. Lei 10.436/02. Inclusão escolar.

1 Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba, no Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais do Centro de Ciência Agrárias da UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa da UFPB: Educação, Inclusão social e desenvolvimento sustentável. Publicou diversas obras na área de inclusão e etnicidade. E-mail: ana.daxenberger@gmail.com

2 Licenciado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Biológicas pela UFPB, estagiário do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, Membro do Grupo de Pesquisa da UFPB: Educação, Inclusão social e desenvolvimento sustentável. Extensionista na área de inclusão e o ensino de LIBRAS. E-mail: brunoufpb10.1@gmail.com

The Teaching of Brazilian Sign Language in a school in Areia-PB city by means of university extension

ABSTRACT

The research was developed from a project of university extension that had as general objective to understand the conception of the teaching of the Brazilian Language of Signs (LIBRAS) by non-deaf children. Like specific aims this work intend to evaluate the degree of knowledge in LIBRAS of these students after participating in the extension project; to identify the importance of teaching LIBRAS to students in their school education; to analyze and verify what teachers think about the teaching of LIBRAS in the students' daily life. The research had a quali-quantitative approach, characterized as action research. Participants were: 4 teachers and 51 students of elementary school II, from a regular school, in the city of Areia, state of Paraíba. For the research, weekly lessons of 45 minutes were offered for eight months. To research, we used questionnaires, observations and interviews. For the analysis of these, the theoretical foundations of deaf education and the legal aspects that recognize the Libras as the natural language of the deaf population were used and oblige the teaching of LIBRAS as a form of school inclusion. It was verified that it is necessary to invest in teacher training, to continue the teaching of LIBRAS to improve its use, above all, to promote inclusion practices through communicability.

Keywords: LIBRAS. Law 10.436/02. School inclusion

La Enseñanza de Libras en una escuela en el municipio de Areia/PB por medio de extensión universitaria

RESUMEN

La investigación fue desarrollada a partir de un proyecto de extensión universitaria que tenía como objetivo general comprender la concepción de la enseñanza de la Lengua Brasileña de Señales (LIBRAS) por niños no sordos; y como específicos, evaluar el grado de conocimiento en LIBRAS de estos alumnos, después de participar del proyecto de extensión; identificar la importancia de la enseñanza de la LIBRAS para los alumnos en su formación escolar; analizar y verificar lo que piensan profesores sobre la enseñanza de la LIBRAS en el cotidiano de los estudiantes. La investigación tuvo un enfoque cuali-cuantitativo, caracterizándose

como investigación-acción. Participaron de la investigación: 4 profesores y 51 estudiantes oyentes de la enseñanza fundamental II, de una escuela regular, en el municipio de Areia, Estado de Paraíba. Para la realización de la investigación, se ofrecieron clases de Libras semanalmente, con duración de 45 minutos, por ocho meses, siendo utilizados cuestionarios, observaciones y entrevistas para la recogida de datos. Para el análisis, se utilizaron los cimientos teóricos de la educación de sordos y los aspectos legales que reconocen la Libras como lengua natural de la población sorda y obligan a su enseñanza como forma de inclusión escolar. Se constató que es necesario invertir en formación docente, dar continuidad a la enseñanza de la LIBRAS para el perfeccionamiento del uso de la misma, sobre todo, que se fomenten prácticas de inclusión por medio de la comunicabilidad.

Palabras clave: LIBRAS. Ley 10.436/02. Inclusión escolar.

Introdução

Entende-se por educação a ampla formação do ser humano por meio de interações sociais, que possibilitam a formação dos aspectos biopsicossociais. Em uma perspectiva mais restrita do uso da palavra, a educação pode ser compreendida pela formação do ser, no âmbito escolar, para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, de maneira que o educando construa competências e habilidades para a compreensão do mundo e a resolução de problemas em seu cotidiano. Sendo assim, a escola é um espaço onde se desenvolve esse ato educativo e tem como funções a preservação e a transmissão dos valores sociais e culturais, a transformação da sociedade, bem como o desenvolvimento integral do educando.

Considerando estes aspectos, compartilha-se, então, da visão de Saviani (2003, p.12) de que a escola tem um duplo papel “de servir como fonte de informação e de organizar a atividade cognoscitiva dos alunos, dentre outras funções”. E sendo uma das responsabilidades da escola a promoção de democracia de direitos quanto ao acesso e à qualificação dos estudos dos educandos, entendemos que a escola também é responsável por observar as necessidades específicas de sua população, seja ela com ou sem necessidades educacionais especiais.

A educação tem como princípio fundamental a capacidade do ser humano, que é ilimitada quanto a qualquer tentativa de previsão sob seu desenvolvimento, uma vez que a capacidade de aprendizagem se dá

pelos estímulos e interações sociais a que o ser esteja sujeito (MAZZOTA, 2005). Nesse sentido, é impossível antecipar e indicar com precisão as possibilidades de cada um. Esperamos que os mentores que vivenciam a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais (n.e.e) saibam que suas necessidades são específicas para cada aluno e que cabe à escola fazer intervenções capazes de lhes proporcionar o acesso ao conhecimento e à aprendizagem. Importante ressaltar que nem toda pessoa com deficiência apresenta necessidades educacionais especiais. Por este motivo, as adaptações que se fazem necessárias num processo educativo estão sujeitas às especificidades de cada educando.

Por esse viés, a educação de surdos torna-se um assunto inquietante, principalmente, porque diferentes práticas pedagógicas envolvendo os alunos surdos apresentam uma série de limitações, geralmente, levando esses alunos ao final da escolarização básica a não serem capazes de desenvolver satisfatoriamente a leitura e a escrita na língua portuguesa e a não terem o domínio adequado dos conteúdos acadêmicos (LACERDA, 1989; QUADROS, 1997, 2004). Muitas vezes estes métodos e princípios educacionais não atendem e/ou não respeitam as peculiaridades e a cultura da população surda.

Especificamente para esta população, entendemos que a democratização do ensino pode ser observada e materializada quando a escola realmente atender à orientação educacional para a citada população, que considera a língua de sinais na sua forma genuína – a natural deste público –, e considera a possibilidade do bilinguismo como uma modalidade de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento da população surda (BRASIL, 2002 e 2005). A participação da mencionada população no contexto social mais diverso possível possibilitará, com mais facilidade, a compreensão das diferentes culturas sociais, assim como a expansão do conhecimento da cultura do surdo pelos demais indivíduos não pertencentes a esta população surda, a qual, por muitos anos, foi excluída das políticas de inclusão social e escolar. Neste sentido, entendemos que não é só responsabilidade da escola atender o aluno Surdo, mas também promover o ensino de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – a toda população escolar, Surda ou não Surda. Isto se faz necessário, porque a comunicabilidade entre todos deve ser garantida e promove a socialização, a quebra de preconceitos e a aprendizagem mútua, formando cidadãos reconhecedores dos direitos de todos e da diversidade humana, o que é papel social da escola.

Moura (1993) define o bilinguismo como uma filosofia educativa que permite o acesso pela criança, o mais precocemente possível, às duas línguas: a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa na modalidade oral/escrita (aqui no Brasil). Para Brito (1993), numa abordagem-bilíngue, o ensino do português deve ser ministrado para os surdos da mesma forma como são tratadas as línguas estrangeiras, ou seja, em primeiro lugar, devem ser proporcionadas todas as experiências linguísticas na primeira língua dos surdos (língua de sinais) e, depois, sedimentada a linguagem nas crianças, ensina-se a língua majoritária (a língua portuguesa), como segunda língua. Sendo assim, entendemos que não só as crianças Surdas podem e precisam aprender a segunda língua (portuguesa), como também as crianças não surdas devem ter acesso ao ensino de LIBRAS (ALVEZ, et al. 2010).

A LIBRAS foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa. As línguas de sinais não são universais, pois cada país possui a sua própria língua com marcas e características culturais específicas de sua população surda. Além disto, a LIBRAS possui estrutura gramatical própria. Os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço. Segundo a legislação vigente, especificamente a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), em seu art. 1º, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e outros recursos de expressão a ela associados são reconhecidos como meio legal de comunicação e expressão. Em seu parágrafo único, entende-se a Língua Brasileira de Sinais como sistema linguístico de natureza viso-motora, com estrutura gramatical própria, constituindo um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Segundo Salles (2004), a LIBRAS é a língua natural do surdo, sua forma de expressar as leituras do mundo, para depois, passar à leitura da palavra em língua portuguesa. LIBRAS é a primeira língua da população brasileira surda e é denominada no campo da comunicação como “L1³”. Os estudantes surdos necessitam explicitar suas ideias, sentimentos, pensamentos na sua primeira língua - a Língua Brasileira de Sinais - L1 - expressando-se enquanto indivíduo na interação com o mundo. É fundamental que os temas discutidos em aula sejam compartilhados com o grupo em LIBRAS, pois é desta forma que as pessoas surdas se ex-

3 L1 significa a primeira língua natural de um ser humano, as demais que ele for adquirindo serão nomeadas por L2, L3 e assim por seguinte.

pressam espontaneamente. Somente a partir disso será possível pensar em um processo de aprendizado da língua escrita (SALLES, 2004). Por este motivo, explicitamos que é muito importante que os alunos surdos estejam matriculados em uma escola regular bilíngue, para facilitar a comunicação entre os demais e a sua aprendizagem. E para que haja a inclusão escolar, não só os Surdos devem aprender a LIBRAS, como também todos os demais estudantes não Surdos, a fim de que se desenvolvam práticas de inclusão escolar e se fomente o respeito à diversidade e às diferenças entre os indivíduos.

Desde o ano de 1988, a Constituição Federal Brasileira assegura que todos possuem o direito à educação, como consta no artigo 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. E no art. 206, especifica-se que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais” (BRASIL, 1988).

Considerando isto, a pesquisa teve como objetivo geral compreender a concepção do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por crianças não surdas; e como específicos, avaliar o grau de conhecimento em LIBRAS destes alunos após participarem do projeto de extensão; identificar a importância do ensino da LIBRAS para os alunos na sua formação escolar; analisar e verificar o que pensam professores sobre o ensino da LIBRAS no cotidiano dos estudantes.

Vale ainda ressaltar que as ações do projeto de extensão universitária foram desenvolvidas por pesquisadores do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba, os quais defendem que a inclusão escolar e/ou universitária se dá, em um primeiro lugar, pelo reconhecimento dos direitos de todos à educação e à valorização da diversidade como aspecto primário. E em segundo, pela responsabilidade de as universidades públicas assumirem seu papel social como está previsto na LDB 9.394/96, art. 43, no tocante ao atendimento à comunidade por meio de extensão universitária. Assim está expresso:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades

de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996, art. 43, s/p).

O presente artigo está organizado, sequencialmente: na apresentação do percurso metodológico, no qual se explicitam a abordagem da pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, os participantes e como ocorreu detalhadamente a pesquisa-ação (ato de ensinar Libras e a coleta de dados); a análise, em que se procura explicar os resultados alcançados pelo projeto de extensão universitária “O ensino de Libras em uma escola regular”; e, finalmente, as conclusões.

Percurso da pesquisa

Considerando os pressupostos e o princípio de inclusão escolar, os quais reconhecem que todas as pessoas com ou sem deficiência têm direito aos aspectos mais amplos da educação, em instituições de ensino regular, é que este artigo se constitui, com a intenção de socializar os resultados alcançados sobre o ensino de LIBRAS para a população ouvinte e fomentar práticas de superação da discriminação com a população surda, em uma escola da rede municipal de Areia, estado da Paraíba. Trata-se, portanto, de uma pesquisa com abordagem qualiquantitativa, caracterizada como pesquisa-ação, que visou a ensinar a LIBRAS à população escolar e, por meio de suas ações, intervir na educação de estudantes de uma escola regular, para a aquisição da segunda língua e avaliar os resultados oriundos das ações do projeto.

Estas ações são oriundas de uma atividade de extensão universitária que se encontra há cinco anos vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O projeto tinha dois bolsistas que desenvolveram aulas de LIBRAS para três turmas da escola: 5º, 6º e 7º anos, do ensino fundamental I, totalizando 51 educandos, escolhidos por indicação da escola. Vale salientar que as expressões de alguns dos participantes abaixo apresentadas se dão pela escolha dos pesquisadores, pelo fato de estas expressões estarem mais diretamente vinculadas ao conteúdo em discussão, não trazendo, portanto, todas as falas dos participantes.

As atividades do ensino de LIBRAS ocorreram em apenas um dia, semanalmente, com sessões de 45 minutos, para cada turma participante. Sendo redimensionadas e reorganizadas as sessões quando

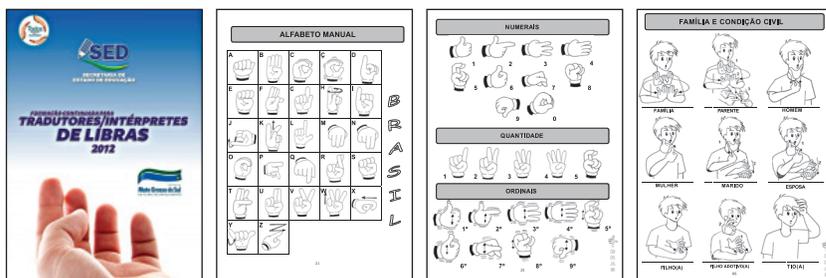
necessárias para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos participantes.

Os estudantes estavam na faixa etária entre 9 e 16 anos de idade, eram de classe baixa, tanto da zona rural quanto da zona urbana. Para a adequada compreensão sobre os resultados alcançados pelo projeto, perguntou-se também, aos quatro professores destas turmas, se poderiam avaliar junto com a equipe executante a utilização da LIBRAS por parte dos estudantes.

Durante todo o processo foram registrados, em um diário de bordo (extensão), as observações e atividades desenvolvidas, além de aplicar um questionário semiestruturado para alunos e professores. Os dados de registro das observações tinham os seguintes aspectos: desenvolvimento dos alunos durante as aulas; o desempenho; o interesse; a participação; e também o conhecimento teórico da LIBRAS.

Para o melhor desempenho dos alunos durante as aulas, utilizaram-se os seguintes materiais auxiliares: apostilas, *data show*, vídeos, jogos *on line* e concretos, imagens, quadro branco, e o diálogo que aconteceu entre os alunos e também com os professores ministrantes durante algumas aulas. Iniciaram-se as aulas utilizando uma apostila (imagem 1) com assuntos básicos de LIBRAS, entre eles: o alfabeto, os números, a família e a condição civil, os antônimos, os dias da semana, os meses do ano, as cores, os animais, e o ensino de músicas em Língua de Sinais.

Imagem 1. Apostila utilizada como auxílio nas aulas de LIBRAS.



Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (2012).

Os dados foram organizados e aqui apresentados em duas temáticas de discussões: a visão dos educandos sobre o ensino de LIBRAS e a visão dos professores quanto ao ensino de LIBRAS.

O ensino de LIBRAS na escola regular: os resultados alcançados

Como já apresentado, a LIBRAS é uma língua de sinais utilizada pelas pessoas surdas, de modalidade gestual-visual, e segundo a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, é caracterizada como a segunda língua do Brasil. Considerando o conceito apresentado na Lei 10.436/02, constatamos que 76% dos educandos apresentam conhecimento sobre o que é LIBRAS, o que podemos perceber por meio das respostas, pois os participantes a consideram como uma língua que oportuniza a comunicação com pessoas não ouvintes. Alguns dos participantes da pesquisa se expressam assim:

Eu entendo que LIBRAS é uma língua brasileira de sinais. (A1)

Eu entendo que LIBRAS é uma língua usada para se comunicar com pessoas deficientes, no entanto LIBRAS é uma língua brasileira de sinais. (A2)

É uma língua brasileira de sinais usada para falar com os mudos e surdos. (A3)

Eu entendo que a palavra LIBRAS vem da língua francesa. Eu entendo que LIBRAS é uma língua brasileira de sinais. (A4)

No entanto, 24% dos participantes do projeto de extensão ainda não conseguiram responder com clareza o conceito sobre LIBRAS e apresentaram falas equivocadas sobre o que é surdez, como por exemplo, fazendo associação entre ser surdo e ser mudo, uma alusão ao fato de que eles não podem se comunicar oralmente. Entende-se que este índice é alto, para um projeto que teve a durabilidade de ensino de 8 meses. No entanto, pode-se suscitar um questionamento, mesmo que não haja a intenção de respondê-lo nesta pesquisa: o tempo de duração do projeto foi insuficiente para mudar culturas tão arraigadas em relação à pessoa Surda?

Como se sabe, nem toda pessoa surda apresenta dificuldades de se comunicar oralmente. Muitas dessas associações equivocadas se dão devido à cultura da sociedade em manter as pessoas surdas, ou com outras deficiências, à margem dos diferentes segmentos sociais, dificultando, o contato e o conhecimento com os indivíduos com necessidades especiais, para boa parte da população, e a construção de uma sociedade inclusiva que reconhece as diferenças e as necessidades dos

membros da sociedade (SASSAKI, 2001; MANTOAN, 2005b, STAINBACK; STAINBACK, 2001, ALVEZ et al., 2010). Estas foram algumas das vozes dos alunos sobre LIBRAS:

LIBRAS é para se entender com os **surdos e mocos**⁴ (A5).

Porque LIBRAS é muito importante para aprender para quem não sabe falar por isso para comunicar **com os mudos** (A6).

Eu entendo que a LIBRAS é muito importante no Brasil inteiro, porque tem **muitas pessoas surdas e mocas** (A7).

A Língua de Sinais é uma segunda língua, assim como uma língua estrangeira para os alunos ouvintes, que têm como primeira língua o português. Nesta escola, o contato com a LIBRAS acontece apenas nas aulas oferecidas pelo projeto de extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no campus II, cidade de Areia-PB, o que nos possibilita afirmar sobre a necessidade de manutenção e permanência deste trabalho de extensão, de maneira que a universidade possa também assumir sua responsabilidade social e contribuir no fortalecimento de práticas inclusivas na sociedade. Quando perguntamos sobre a importância da LIBRAS para eles, percebemos que 100% dos alunos responderam que a LIBRAS é importante, sim, pois possibilita a comunicação entre pessoas surdas e/ou o diálogo de pessoas surdas com ouvintes e vice-versa.

Ao perguntar-lhes sobre qual é a importância de se aprender LIBRAS, 100% dos educandos responderam que é importante “para a gente se comunicar com as pessoas surdas” (A8); “porque a gente aprende a falar com os outros que não sabem falar e nem escutar” (A9); “porque se eu tiver alguém da família com surdez, com a LIBRAS, eu posso me comunicar com ele” (A15). Estes dados também foram constatados por meio das observações feitas durante as aulas, ao se avaliarem os graus de interesse e de participação dos educandos.

Sobre este aspecto (grau de interesse), os 97% dos envolvidos responderam que estavam muito interessados em aprender a língua. Isso nos mostra que houve uma boa aceitação da LIBRAS pelos participantes, apesar de ser uma língua nova para todos os educandos, pois nunca haviam ouvido falar sobre LIBRAS antes do projeto de extensão.

4 Grifo nosso: fala dos alunos

Constatamos, significativamente, que os alunos gostaram dos jogos em LIBRAS, os quais tiveram a oportunidade de conhecer e jogar no laboratório de informática da escola. Mesmo não havendo computadores para todos, eles puderam jogar pelo menos uma vez. E para resolver a problemática de acesso ao computador, solicitou-se que dois educandos utilizassem o mesmo equipamento e se revezassem na atividade. Outro fato que constata o grau de interesse dos participantes é a queixa deles sobre o tempo para as aulas de LIBRAS, que deveriam ser mais vezes durante a semana.

Foram vários os momentos, durante as aulas do projeto de extensão, nos quais se observou o interesse pela LIBRAS. Alguns dos alunos falaram que era muito bom aprender LIBRAS, porque era importante para falar com todos e não apenas com os surdos, mas também porque os ouvintes podem conhecer a LIBRAS. Em uma das aulas foi exibido o filme em formato de desenho sobre Helen Keller (mentora do ensino da língua de sinais para surdos e cegos), para mostrar e explicar a respeito da aprendizagem da pessoa surda sobre a compreensão do mundo; alguns dos educandos disseram que deveria haver mais este tipo de atividade. Todas as observações registradas, durante os momentos formativos do projeto de extensão, são dados que permitem afirmar que a maioria dos estudantes tinha interesse em participar das aulas. Somente 3% dos mesmos disseram que estavam pouco interessados, no entanto, não citaram o motivo.

Especificamente sobre a didática utilizada pelos extensionistas em relação ao ensino da LIBRAS, 99% dos entrevistados responderam que acharam bom e 1% dos alunos achou que a didática utilizada foi regular. Uma das atividades que mais teve significado para eles foi a tradução da letra de uma música em português para LIBRAS. Os educandos ficaram bastante animados com as músicas que estavam aprendendo e treinando, eles queriam ensaiar quase todas as aulas.

Quando questionados sobre a qualidade do ensino da LIBRAS na escola, 99% dos alunos responderam que foi bom, e somente 1%, que foi regular, o que permite concluir que o projeto de extensão atingiu os objetivos quanto ao ensino da LIBRAS no nível básico para os alunos.

Os professores precisam estar sempre atentos às novas possibilidades metodológicas de ensino, sempre focando o ensino na realidade de cada aluno e replanejando quando necessário. Então, quando se questionou sobre a metodologia utilizada para o ensino da língua, 90%

dos entrevistados responderam que foi bom, no entanto, 10% responderam que acharam a metodologia regular, o que confirma que as metodologias precisam ser alteradas.

Estas alterações metodológicas ocorreram considerando as idéias de Doziart (1995) e Azevedo e Alves (2004), que trazem uma discussão sobre o ensino para a população surda e o ensino de LIBRAS, mas também podem nos indicar reflexões para turmas ouvintes. A primeira autora assevera que diante da necessidade de maiores reflexões sobre as formas apropriadas de viabilizar um ensino de qualidade para as pessoas surdas, é importante trazer para a discussão uma visão mais crítica sobre as principais correntes metodológicas utilizadas em sala de aula, para que a inclusão realmente ocorra.

Sobre a avaliação dos conteúdos apreendidos pelos educandos, utilizaram-se duas provas para as três turmas, contendo o mesmo nível de dificuldade sem distinção. Na primeira, o conteúdo da prova centrava-se em: o conceito e a tradução de língua portuguesa para LIBRAS, dentro de contextos, focalizado em alguns campos semânticos: nome de animais, verbos, substantivos, família e condição civil e antônimos. Ao analisar estes dados, constata-se, claramente, que eles já conseguiam traduzir as palavras. No entanto, conforme observado durante todo o processo, alguns educandos não se esforçavam e não se dedicavam muito em estudar o vocabulário ensinado, nas horas vagas e/ou em casa, o que dificultava muitas vezes a compreensão de sentenças comunicativas em LIBRAS. E isto ocorre na aquisição de qualquer outra língua que não seja a materna. O aprimoramento da língua se dá por meio de estudo sistematizado e exercitação contextualizada.

Na segunda prova, percebeu-se que alguns alunos tinham dificuldade em transcrever o significado de palavras em LIBRAS para o português. Na primeira pergunta, somente 60% acertaram o conteúdo e 40% erraram; na segunda questão, 80% dos alunos acertaram todas as dez (10) palavras que foram postas para a transcrição, e 20% dos alunos erraram pelo menos três (3) palavras. A outra questão para ser respondida foi com sinais em LIBRAS, na qual teriam que escrever em português o nome de cada sinal; nesta questão, muitos confundiram os sinais, sendo que 78% dos participantes da pesquisa a acertaram por completo e 22% não tiveram o mesmo êxito nas respostas.

Podemos concluir que o vocabulário adquirido, com maior êxito, pelos alunos foi referente: à família e à condição civil, aos animais, à

soletração rítmica, aos verbos e às cores. Por outro lado, adquiriram com maior dificuldade, o vocabulário relativo aos antônimos. Pode-se assim afirmar a necessidade de revisão destes conteúdos e de retornar as aulas para que eles possam compreender melhor estes conceitos. Vale ainda ressaltar que o ensino da LIBRAS não é só o vocabulário, mas também a aquisição da cultura surda. De acordo com a professora Karin Strobel (2008, p. 82), “cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-os com suas percepções visuais que contribuem para a definição das identidades surdas e de algumas comunidades surdas”.

Nesse sentido, Lane (1992) ressalta que a cultura surda, além da língua, é constituída pela literatura específica, sua própria história ao longo do tempo, os contos de fada, fábulas, romances, poesia, peças de teatro, anedotas, alcunhas, jogos de mímica e muito mais. Conforme Strobel (2008, p. 82): “A sociedade, muitas vezes, afirma que o povo surdo tem sua cultura, mas não a conhece. Comentam e afirmam que como na sociedade a maioria dos sujeitos é ouvinte, o sujeito surdo tem que viver e submeter-se a essa maioria que o rodeia”.

Quanto à visão dos professores sobre ensino da LIBRAS, na escola pesquisada, constatamos que há algumas barreiras a serem vencidas para a construção de um ensino inclusivo, na perspectiva de reconhecimento à diversidade e ao respeito às diferenças. Entre os primeiros a serem superados, destaca-se a falta de formação continuada dos professores. Muitos dos professores não buscam continuar seu aprimoramento profissional, após estarem empregados, principalmente sobre novas concepções de ensino e metodologias, e/ou conhecer novas tecnologias, sejam elas para pessoas deficientes ou não. Muitos desses profissionais se contentam com o que fazem no dia a dia, utilizando apenas livros didáticos e expondo as aulas com foco reprodutivo.

Para isto ser alterado, em outros termos, para a efetivação da educação inclusiva, há a necessidade de formação dos professores e do desenvolvimento da consciência de que estes profissionais precisam assumir a responsabilidade de promover a aprendizagem e a participação efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais. Muitos especialistas da área de inclusão já constataram as dificuldades e a falta de preparo dos professores para promover a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a urgência em se investir na formação continuada para atender à diversidade das ex-

periências e demandas dos estudantes em sala de aula (SASSAKI, 2001, STAINBACK; STAINBACK, 2001, CARVALHO, 2005; MANTOAN, 2005a, STRONEL, 2008, QUADROS, 1997, 2004; SKLIAR, 2016). Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade (BRIANT; OLIVER; 2012).

Segundo Correia (2008, p. 28), com vistas a essa perspectiva formativa do educador referente aos educandos:

[...] os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Quando se questionou aos 04 professores (que têm contato com os alunos participantes da pesquisa) se eles conheciam a LIBRAS, os mesmos responderam que sim. Perguntamos ainda o que eles entendiam por LIBRAS. Com os dados, constata-se que os professores possuem um conhecimento do que seja a Língua de Sinais Brasileira, porém pode-se afirmar que eles não se expressam tão claramente sobre o significado real da LIBRAS, como os alunos participantes das atividades da extensão universitária. Assim os professores deram os seus relatos:

É a língua usada por surdos mudos (Pr1).

LIBRAS é a comunicação por meio de sinais (Pr2).

LIBRAS é o estudo da língua de sinais para pessoas surdas (Pr3).

LIBRAS é uma forma de linguagem transmitida através de gestos (Pr4).

Enquanto o curso de extensão universitária favorece o que traz na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) sobre a escola inclusiva, pode-se afirmar que na escola pesquisada há necessidade de se oferecer o curso da LIBRAS para os professores e gestores, uma vez que nenhum deles conhece ou domina a LIBRAS. Segundo a Declaração de Salamanca (1994), no art. 2:

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A

importância da linguagem de sinais como meio de comunicação entre surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de sinais. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles.

Mesmo a formação de professores estando prevista por documentos nacionais como a LDB 9.394/96, documentos Internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), a Declaração de Guatemala (1999) e a de Dackar (2000), para a eliminação de barreiras e o reconhecimento da diversidade presente nas sociedades, o Brasil ainda apresenta incipientes ações quanto à formação docente no tocante à inclusão escolar.

Perguntou-se aos educadores, porque é importante o ensino da LIBRAS e constatou-se que eles têm consciência e percepção do intuito e da importância de se aprender a língua de sinais ainda nas séries iniciais. A fala dos professores nos remete aos estudos de Skliar (1997 apud DUBOC, 2004), que identifica a necessidade de formação de professores quanto à aquisição da LIBRAS. Assim são as vozes dos professores participantes:

Para poder se comunicar com as pessoas surdas de diferentes entidades ou região e facilitar a troca de ideias e conhecimento (Pr1).

Para que haja a interação de alunos com tal deficiência em qualquer instituição de ensino (Pr2).

Para que aconteça a comunicação entre todas as pessoas (Pr3).

Porque é através deste que se torna possível a comunicação entre os surdos de uma forma fácil (Pr4).

Esses dados ratificam as ideias de Skliar (1997 apud DUBOC, 2004) que nos alertam sobre o papel social do professor ao assumir a educação de crianças surdas, seja em contexto de escola bilíngue ou não, pois para construirmos escolas e uma sociedade inclusiva devemos eliminar qualquer forma de barreira: física, de comunicabilidade, atitudinal e/ou pedagógica. Nas palavras de Duboc (2004, p.127), os trabalhos de Skliar na área da surdez:

[...] têm sido uma referência no Brasil, ao tratar da formação do professor, ressalta a dimensão política dessa

formação. Política compreendida como relação de poder e conhecimento que deve estar contemplada, não só na proposta pedagógica, mas além dela. Ele propõe ruptura com o modelo vigente caracterizado 'como positivista, a histórico e despolitizado' [...] defende uma ressignificação da escola como espaço de fronteira e onde diferentes identidades possam conviver.

Quando perguntado aos professores se o ensino da LIBRAS é importante para crianças surdas e ouvintes, todos apontaram seu real significado, assim se expressando:

Sim, é interessante porque ela vai aprender a maneira correta de se comunicar com o outro (Pr1).

Muito importante, para haver comunicação entre elas (Pr2).

É importante sim, porque todos os alunos e professores devem aprender (Pr3).

Sim, porque facilita a comunicação entre crianças surdas bem como os ouvintes que na maioria das vezes apresentam dificuldades (Pr4).

Mantoan (2008, p. 02) nos diz que “priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável da escola”. Nesse contexto, questionou-se aos docentes se concordavam com o ensino da LIBRAS, no ensino regular, e todos responderam que sim. Ao serem perguntados como eles identificavam a importância da LIBRAS para os alunos, durante o cotidiano escolar, assim alguns deles se expressaram: “Com certeza, e isso é expresso por meio dos relatos feitos pelos alunos durante as aulas das outras disciplinas, principalmente, português porque já trabalha a linguagem” (Pr1); “Com certeza, nessa escola percebo o interesse deles pela matéria. É comum chegar na sala e ver alguns se comunicando uns com os outros, após as aulas de LIBRAS” (Pr4).

Concorda-se que a “construção de uma escola inclusiva implica transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico” (BRASIL, 2004, p.10). Por isso, ressalta-se que a escrita dos professores sobre a importância da LIBRAS no cotidiano escolar deve deixar de ser palavras no papel e se materializar em ações de estudo e socialização sobre a cultura surda e a

LIBRAS. Aponta-se esta crítica por identificar que 100% dos professores conhecem o que significa a LIBRAS, mas não a dominam, o que, em nosso entendimento, mostra que o discurso sobre a importância da LIBRAS não se concretiza em ações propositivas dentro da escola, para além do curso de extensão universitária oferecido aos alunos.

Considerações finais

O ensino de LIBRAS para as pessoas ouvintes se faz necessário a partir do momento em que se fala de inclusão. É preciso que as mesmas conheçam a língua materna dos surdos, pois a todo o momento estão sujeitas a se relacionarem com pessoas com surdez. Os surdos precisam se comunicar com a sociedade de uma forma geral, não se limitando apenas à comunidade surda, a fim de que sua cidadania seja plena e seus direitos sejam garantidos. A escola, muitas vezes, centra-se em simplesmente transmitir os conteúdos aos alunos sem se preocupar com as questões sociais.

Oferecer projetos de extensão, que possam ensinar e aprimorar a LIBRAS, para a população brasileira pode contribuir na superação da discriminação e desigualdade social para com as pessoas surdas. Especificamente, nas ações do projeto de extensão universitária aqui discutidas, buscou-se, de forma clara, utilizar os meios mais simples e de fácil acesso para a aquisição dos conteúdos pelos alunos. Pode-se concluir que o projeto de extensão universitária utilizou-se de diversas técnicas para tornar uma aula agradável e de fácil entendimento, para os alunos que não estão acostumados a se comunicar com pessoas surdas. Considerando os dados anteriormente apresentados, pode-se afirmar que o projeto de extensão atingiu seus objetivos e mostrou que é de suma importância sua continuidade para que, assim, todos os alunos e, também, professores da escola pesquisada em Areia possam conhecer e aprender a LIBRAS, para que futuramente estejam preparados para lidar com situações em que possam receber alunos surdos em sala de aula.

A partir do momento em que os ouvintes vão adquirindo conhecimento, compreensão e entendimento de como uma pessoa surda se expressa e, principalmente, o que é LIBRAS, aos poucos vai gerando o interesse e a quebra de preconceito e a socialização pode ocorrer de maneira clara e positiva. Os alunos participantes já compreenderam o que é LIBRAS e a importância de se aprendê-la; sabem que vai além de uma

simples disciplina e também que não são apenas sinais descontextualizados. Eles já sabem a grande importância da LIBRAS não só para as pessoas surdas, mas também para a sociedade; puderam através do projeto ter a oportunidade de aprender uma nova língua, compreenderam que as aulas serviram e servirão para que levem adiante seus estudos e tenham a apreensão de que a comunicação é essencial para a vida do ser humano.

Após as aulas e a aplicação do questionário, eles obtiveram mais informações e podem hoje formular seu conceito do que é a LIBRAS, pois para alguns é a comunicação criada entre pessoas ouvintes e não ouvintes e que eles, familiares e outras pessoas, poderão aprender para se comunicarem com a comunidade surda. Há a certeza de que após a implementação das aulas da LIBRAS, os alunos desenvolveram mais seu senso crítico e passarão a olhar as pessoas ao seu redor com uma outra visão, procurando respeitar a diversidade. É possível perceber, por meio das observações, que os alunos enfrentam ainda um pouco de dificuldade em aprender uma língua, com a qual têm contato apenas uma vez e semanalmente, como a LIBRAS. O mesmo acontece com os professores, pois alguns até se interessam pela língua, porém a disciplina não é oferecida, para que eles possam se atualizar.

O ensino da LIBRAS não é obrigatório no currículo escolar da escola básica, mas deveria ser oferecido como conteúdo extracurricular, para que toda população brasileira tivesse acesso à segunda língua e para que houvesse o reconhecimento dos direitos da população surda dentro do cotidiano escolar. Outro problema é a capacitação dos professores que nem sempre contempla os aspectos associados às necessidades educacionais especiais e à elaboração de recursos e/ou metodologias adaptadas para atender a todos. Uma forma de solucionar tais problemáticas seria: o oferecimento de formação docente sobre o ensino da LIBRAS e a reorganização do currículo, buscando o reconhecimento da diversidade humana e a valorização das diferenças.

O que se pode concluir é que, por meio da extensão universitária, as instituições de ensino superior públicas podem assumir parte de seu papel social sobre ampliar, fomentar e proporcionar, junto às comunidades, discussões sobre o respeito à diversidade e criar alternativas práticas, nas quais as pessoas possam interagir em situações sociais vinculadas às necessidades especiais. Sendo assim, ratifica-se a importância da continuidade das ações e a ampliação do projeto, não só para os estudantes ouvintes ou surdos, mas para toda a comunidade escolar.

Referências

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização das pessoas com surdez.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

AZEVEDO, Joanir Gomes, e ALVES, Neila Guimarães. **Formação de professores: possibilidades do impossível.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.120 p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 23 dez.1996 - Seção 1. P. 27833.

BRASIL. Constituição. **Constituição Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Federal 10.436 de 22 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em: 03 de setembro de 2014.

BRASIL. **Educação de surdos: um olhar sobre a lei nº 10.436, de 22 de abril de 2002.** Disponível <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/20513/educacao-de-surdos-um-olhar-sobre-a-lei-n-10436-de-24-de-abril-de-2002#ixzz3E0gBFMvt.>> Acesso em 15 de setembro de 2014.

BRASIL, Educação inclusiva: a escola, vol. 3. Coordenação geral SEESP/ MEC ; Maria Salete Fábio Aranha (ORG.) Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>>. Acesso 16 de setembro de 2016.

BRASIL, **Decreto 5.626**, Regulamenta a Lei 10.436/2002. Planalto do Governo:Brasília, 2005.Disponível:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em 15 de setembro de 2015.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de**

São Paulo: conhecendo 428 estratégias e ações. Rev. Bras. Educ. Espec., Marília, v.18, n.1, p. 141-154, jan./mar. 2012.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e Educação de Surdos.** Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2005.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais:** um guia para educadores e professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

DOZIART, A. **Metodologias específicas ao ensino de surdos:** análise crítica – apostila – UFSCAR, SP 1995.

DUBOC, M.J.O. Formação do professor, inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 31, p. 119-130, jul./dez. 2004.

LACERDA, C.B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedes**, n. 23. Campinas, SP: Unicamp, 1989.

LANE, H. **A máscara da benevolência, a comunidade surda amordaçada.** Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005a.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005b.

MOURA, M.C. A Língua de Sinais na educação da criança surda. In: MOURA, M.C; A C.B; PEREIRA, M.C. (Orgs). **Língua de Sinais e educação do surdo.** São Paulo: TecArt, 1993.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos:** aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de, KAENOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SASSAKI, R. K. Inclusão **Construindo uma Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea).

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Formação continuada para tradutores/ interpretes de LIBRAS**. Mato Grosso do Sul, 2012.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**. Porto alegre: ArtMed, 2001.

STROBEL, Karin L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

Recebido em agosto/2017

Aceito em abril/2018